



Anais da Assembléia

Nº 193

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO N° 011/95

DATA: 20 de dezembro de 1995.

SÚMULA: Autoriza o Senhor Governador ausentar-se do País.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, no período de 23 do corrente mês a 4 de janeiro próximo, com destino a Amsterdã e Viena, para contatos e observações do interesse do Estado, sem ônus para o Erário.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 20.12.95.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA

ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA

DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1995

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Beinat, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Neron, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Turck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colago, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Doutor Rosinha (01).

Verificada a existência de número le-

gal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte expediente:

E X P E D I E N T E:

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 4054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente de congratulações ao Professor Carlos Alberto Ferreira Gomes, ao Professor Edécio Stroparo, pela posse como Reitor e vice-Reitor da Universidade do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO; à Professora Rosi Pissi Kaminski e ao Professor Gilberto Franco de Souza, pela posse como Diretora e vice-Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava; à Professora Luiza Nelma Silveira e à Professora Rosana Rita Silva pela posse como Diretora e vice-Diretora da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati.

Sala das Sessões, em 20.12.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A UNICENTRO, após vários anos de lutas, foi reconhecida como Universidade neste mês, pelo Conselho Estadual de Educação por unanimidade, após dois anos de avaliação por peritos da Universidade Estadual de Campinas.

O reconhecimento pelo C.E.E. foi o resultado de um fórum permanente que reuniu vários segmentos da sociedade de Guarapuava e de Irati, para suprir todas as exigências necessárias, principalmente quanto à própria participação da sociedade no processo, o que resultou em expansão como novos cursos.

Esta direção foi escolhida em eleição direta, da qual participaram professores, servidores e alunos.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 566/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, vinculado à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.

SEÇÃO I Dos Objetivos

Art. 2º - O Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, vinculado à Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, tem como objetivos fundamentais:

I - incentivar o esporte amador, mediante:

- a) concessão de bolsas de estudo para atletas, desde que residentes no Estado do Paraná há mais de dois anos;
- b) concessão de patrocínio permanente para atletas amadores;
- c) instalação e manutenção de atividades sem fins lucrativos;
- d) realização de campeonato e competições sem fins lucrativos;
- e) cobertura de despesas com transporte para participação em eventos nacionais;
- f) apoio à criação e manutenção de equipes esportivas amadoras, existentes ou que venham a ser criadas, nas diversas regiões do Estado do Paraná;
- g) apoio à reforma, construção e locação de dependências para a realização de esportes, em convênio com órgãos da administração pública e entidades esportivas.
- h) apoio a publicações científicas que tenham por tema o Esporte Amador do Paraná; e
- i) apoio a publicações de manuais de técnicas e regras de modalidades esportivas que possuam como público alvo atletas amadores e estudantes.

II - dar apoio a outras atividades de porte amador consideradas relevantes pela Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, desde que previamente ouvido o Conselho Estadual de Esportes Amador.

Parágrafo Único - Os candidatos individuais e coletivos aos recursos do Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, em qualquer modalidade, deverão ter domicílio no Estado do Paraná há pelo menos dois anos, a serem contados retroativamente da data de entrada de tramitação do projeto a ser incentivado.

SEÇÃO II Dos Recursos

Art. 3º - O Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador contará com recursos provenientes de:

- I - dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;
- II - doações;
- III - legados;
- IV - subvenções e auxílios de entida-

des de qualquer natureza ou de organismos nacionais e internacionais;

V - percentual decorrente de projetos financiados através do patrocínio ao Esporte Amador, nos termos desta lei;

VI - devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa;

VII - recursos de outras fontes.

Art. 4º - Fica instituído no Estado do Paraná o Incentivo Fiscal para realização de Projeto de Incentivo ao Esporte Amador, a ser concedido à pessoa física ou jurídica contribuinte do Estado.

§ 1º - O incentivo fiscal referido no "caput" deste artigo corresponderá ao recebimento, por parte de empreendedor de qualquer projeto de apoio ao Esporte Amador no Estado, seja através da doação, patrocínio ou investimento, de Certificados Nominais de Incentivo ao Esporte Amador - CNIEA expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor do incentivo autorizado pelo Executivo.

I - para efeitos desta lei entende-se por:

a) Empreendedor: pessoa física ou jurídica, domiciliada no Estado do Paraná nos termos do parágrafo único do art. 2º da presente lei, diretamente responsável pelo projeto beneficiado pelo incentivo do Programa;

b) Incentivador: pessoa física ou jurídica, contribuinte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, que tenha transferido recursos, através de doação, patrocínio ou investimento, para a realização do projeto de incentivo ao Esporte Amador beneficiado pelo incentivo do Programa;

c) Doação: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projeto de incentivo ao Esporte Amador, vedado o uso da publicidade para divulgação deste ato;

d) Patrocínio: transferência gratuita, em caráter definitivo, ao empreendedor, de recursos para realização de projeto de incentivo ao Esporte Amador, com finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional;

e) Investimento: transferência de recursos ao empreendedor para a realização de projeto de incentivo ao Esporte Amador com vista à participação em seus resultados financeiros;

f) Certificado de Aprovação: documento emitido pela Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, após análise prévia do Conselho Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, representativo da apreciação e da aprovação projeto de incentivo ao Esporte Amador, a ser usado pelo empreendedor como comprovante de aprovação perante poten-

ciais incentivadores.

g) Certificado de Incentivo: documento emitido pela Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, após análise prévia do Conselho Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, representativo da autorização para que se efetive a transferência de recursos conforme previsto no Certificado de Aprovação.

h) Candidatos individuais: desportista que se candidata a receber incentivo na condição individual;

i) Candidatos coletivos: desportistas organizadas em equipe ou entidade com existência legal, destinada a promoção de atividades de Esporte Amador.

§ 2º - Os portadores dos Certificados Nominais de Incentivo ao Esporte Amador poderão utilizá-los na dedução quando do pagamento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - até o limite de 20% do valor a cada incidência do tributo.

§ 3º - O valor dos certificados não poderão exceder a 80% (oitenta por cento) do valor total do projeto incentivado.

§ 4º - O Poder Executivo fixará, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o limite dos valores que serão utilizados para incentivo ao Esporte Amador, não podendo ser tais valores inferiores a 1% (um por cento) e nem superiores a 3% (três por cento) da receita proveniente do ICMS.

Art. 5º - Os projetos de incentivo ao Esporte Amador que visam obter financiamentos com recursos do Programa deverão obedecer as seguintes condições:

I - apresentação dos projetos à Secretaria do Estado de Esporte e Turismo, acompanhados das respectivas planilhas de custos, dos prazos de execução e conclusão de fluxogramas de recursos, na forma da regulamentação da presente lei;

II - comprovação de que o proponente dispõe do montante necessário à execução do projeto, ou está habilitado a obter financiamento de outra fonte devidamente identificada, Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, e Tribunais de Contas do Estado e da União;

III - aprovação dos projetos pelo Conselho Estadual de Incentivo ao Esporte Amador;

IV - preservação da harmonia e equilíbrio regional na distribuição de projetos; e

V - realização prioritária dos projetos no Estado do Paraná.

SEÇÃO III

Do Conselho Estadual de Incentivo ao Esporte Amador

Art. 6º - Será instituído, na Secretaria

ria de Estado de Esporte e Turismo, o Conselho Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, a ser composto, por membros indicados:

a) pelas entidades representativas do esporte amador, com existência legal, sediadas no Paraná;

b) pela crônica esportiva do Paraná;

c) pelos departamentos de Educação Física das Universidades Estaduais e Federal do Paraná, pelas Faculdades Estaduais do Paraná;

d) pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná;

e) pelo Colégio Brasileiro de Educação Física no Paraná;

f) por técnicos designados pelas Secretarias de Estado de Esporte e Turismo e das Finanças;

g) por um representante do Poder Legislativo Estadual.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho, por exercerem funções consideradas de relevante interesse público, não poderão apresentar projetos com os benefícios da presente lei enquanto estiverem no exercício de seus mandatos.

Art. 7º - O Conselho Estadual de Incentivo ao Esporte Amador terá as seguintes atribuições:

I - supervisionar a aplicação dos recursos destinados ao Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador;

II - avaliar e aprovar os projetos de incentivo ao Esporte Amador;

III - acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos aprovados;

IV - expedir quaisquer orientações com o objetivo de viabilizar, com agilidade, de forma conjunta ou individualizada, a implementação dos projetos de incentivo ao Esporte Amador a serem incentivados.

Art. 8º - O Conselho Estadual de Incentivo ao Esporte Amador encaminhará à Assembleia Legislativa, bimestralmente, a relação e o conteúdo dos Projetos de Incentivo ao Esporte Amador aprovados, bem como seus custos, além dos projetos recusados com os respectivos pareceres.

Parágrafo Único - Os projetos aprovados ou recusados ficarão à disposição dos interessados para consulta pública em departamento específico da Secretaria de Estado de Esporte e Turismo.

SEÇÃO IV Disposições Finais

Art. 9º - o Secretário de Esporte e Turismo designará uma unidade de sua pasta para dar apoio à implementação do Programa.

Art. 10 - As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual, sendo suplementadas quando necessárias.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta, sendo assegurada a participação das entidades da sociedade civil interessadas.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.11.95.

(a) PERICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A grande importância que adquiriu o esporte profissional no Brasil e no mundo, em particular pela grande destaque que lhe é dado pela mídia, promoveu um esvaziamento do esporte amador.

Aos poucos a população troca os campos de várzea e as competições amadoras pela postura passiva diante dos aparelhos de TV's. O presente projeto de lei tem por objetivo buscar um equilíbrio entre o esporte profissional e amador.

O esporte é um importante fator de sociabilidade e lazer, mas também significa uma atividade física do ponto de vista biológica. A Professora Valda Marcelino Tolkmitt nos mostra, em seu belo livro "Educação Física: uma produção cultural" (Curitiba: Módulo; BNL, 1993) que "o corpo em movimento, não é entendido como mera manifestação cinestésica, mas como um corpo humano em movimento; este corpo, resultado de múltiplas determinações" (p.25).

Incentivar o esporte amador, significa também apoiar um importante mecanismo de sociabilidade, que aliada a prática do lazer pode retomar espaços sociais que se perdem no contexto atual: marcado por sociedades extremamente competitivas e individualista. O desportista amador, antes de buscar a vitória em si, está buscando um momento de interrelação com os membros de sua comunidade, sob o olhar de seus amigos e familiares, que são também amigos e familiares de seus parceiros e de seus adversários.

O mecanismo de Lei de Incentivo é importante, neste momento, pois permite a própria comunidade se organizar, tanto em incentivadores como em incentivados, sob a administração do Estado, promovendo de forma democrática e participativa a gestão de recursos públicos da maneira mais prática e eficaz possível. Esta parceria democrática e participativa, nos termos sociais de hoje, é que melhor se coloca, no contexto do incentivo ao esporte amador,

para melhorar a relação Estado-comunidade.

A supervisão ficará a cargo dos poderes constituídos - Executivo (representado pela Secretaria de Esporte e Turismo e Secretaria das Finanças) e Legislativo - em conjunto com os diversos setores envolvidos, como:

a) as entidades representativas do esporte amador, com existência legal, sediadas no Paraná, que representam toda a grande diversidade do esporte;

b) a crônica que tem demonstrada inúmeras vezes o seu interesse pelo esporte amador em nosso Estado;

c) os departamentos de Educação Física da Universidades Estaduais e Federal do Paraná, pelas Faculdades Estaduais do Paraná; que garantem a participação daqueles que estão estudando e se preocupando cotidianamente com o esporte;

d) a Secretaria de Educação, que promove a integração entre educação e esporte, nas diversas escolas do Paraná, conhecendo de perto as necessidades e a situação da faixa etária em que surgem e se desenvolve os atletas e o gosto pelo esporte;

e) o Colégio Brasileiro de Educação Física no Paraná, que congrega os profissionais de educação física;

Entendemos, que este projeto deve ser apreciado e debatido pelos Senhores Deputados e por toda a comunidade paranaense. Pois assim se tornará uma produção coletiva no sentido de buscar dias melhores para o povo do Paraná.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

A SRA. IRONDI PUGLIESI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar aqui a presença de estudantes e moradores da Cidade de Guarapuá, que vieram conhecer o nosso Poder Legislativo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência se associa com boas vindas.

O SR. IRINEU COLOMBO - Só quero ressaltar aqui a Carta Aberta e o ofício, que é destinado a este Deputado e provavelmente a todos os Senhores também, com relação ao artigo 205, da nossa Constituição Estadual, que determina um percentual mínimo à Ciência e Tecnologia. E só lembrando, nesta Carta, num dos trechos diz o seguinte:

(Lê):

"Carta Aberta ao Governador do Estado do Paraná.

Por entender esses fatos, nós pesquisadores do Paraná lutamos pela inclusão do capítulo de C&T na Constituição Estadual. Os constituintes entenderam que a política

para a área deve ficar nas mãos da sociedade e por este motivo o art. 205 prevê uma agência de fomento em que todos os autores envolvidos com a área estejam representados, sem que nenhum segmento seja majoritário.

Durante os quatro anos do governo anterior, a Bancada do PDT encampou a plataforma de luta das comunidades citadas no texto constitucional e só não obteve sucesso na regulamentação do art. 205 devido ao veto, do então governador ao projeto aprovado pela Assembleia Legislativa. Durante a sua campanha Vossa Excelência assumiu o compromisso público de regulamentar o artigo. Neste momento, entendemos que Vossa Excelência não deixará de encampar os princípios defendidos pelo seu partido e constantes da Constituição Estadual.

Com a circulação no Estado de um projeto elaborado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior do seu Governo, nos sentimos no dever de alertar Vossa Excelência de que o referido projeto não atende ao anseio das comunidades (professores universitários, pesquisadores, tecnólogos, trabalhadores e empresários), que desde 1989 lutam por dotar o Paraná de um sistema de C&T democrático, participativo e que atenda aos interesses da população paranaense."

Assinam este documento, várias entidades ligadas à Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná.

Então é importante fazer esta lembrança que em breve nós estaremos votando. Eu, como professor de uma escola tecnológica, tenho especial atenção para este assunto quando se trata de Ciência e Tecnologia. Porque Ciência e Tecnologia não pode servir, de maneira alguma, de um processo de manipulação politiqueria e sim, de uma política séria e com a participação da comunidade interessada, porque sempre vai mexer com interesses de alguns em benefício de uma sociedade e aí se tiver influência politiqueria, nós de fato não temos uma ciência autônoma e extremamente produtiva.

Por outro lado, falando nisso, quero apenas dar o meu elogio: há uma coisa bacana que me chamou a atenção há pouco tempo, que é o Caderno de Informática. Tenho já desenvolvido alguns projetos de informática na Instituição Escolar, juntamente com o Professor Caio, do CEFET, e nós temos como novidade no Paraná e merece nossa aprovação e nosso elogio, o Caderno de Informática do Jornal O Estado do Paraná, que trata com muita propriedade. É um dos mais bonitos cadernos de informática do mundo, pasmem os senhores. Agora os cadernos de informática, temos, maior vigor e maior penetração à sociedade que consome

bens da informática; nós temos as revistas especializadas. Tirando as revistas, as melhores publicações estão, dentre os jornais a nível mundial, está inclusive, o jornal paranaense. Isso são dados que nos alegram, são trazidos por pessoas que fazem parte e escrevem em revistas especializadas a nível internacional. Então os nossos elogios à capacidade e a dedicação que é tratada e com competência que são relatadas as matérias nesse caderno de informática.

E no último domingo tivemos a presença de uma matéria que trata da casa de talentos que é uma iniciativa do CEFET Paraná, que é uma das instituições ligadas à ciência e tecnologia que estava me referindo há pouco. Essa matéria trata da casa de talentos, exatamente colocando a ciência e a tecnologia já a nível de 2º grau como pesquisa, como fomento à produção, municiando nossos jovens para que de fato consigam interferir no processo.

E com satisfação também registro a presença em nosso meio de um dos técnicos formados pelo CEFET Paraná, técnico em alimentos, meu amigo particular, João Carlos Baneira, que nos prestigia nesta tarde.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, era o que eu tinha a relatar, deixar esses elogios e essa preocupação com os rumos da ciência e da tecnologia no Estado do Paraná.

Tenho dito.

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero registrar a presença nesta Casa do Renê, Presidente do Sindicato dos Urbanitários de Lombrina, Sindicato bastante organizado, Presidente, bastante inteligente e atuante, faz uma bela gestão no Sindicato e do Miguel..., que é Presidente do Sindicato dos Urbanitários de Curitiba, acompanhado de vários diretores da área dos urbanitários.

Senhor Presidente, para que fique registrado nos Anais desta Casa o trabalho que o Miguel, o Renê e todos os seus diretores têm feito nesta luta sindical e neste momento sobretudo o grande trabalho de acompanhamento neste processo que envolve a venda das ações da COPEL.

Louvável, Senhor Presidente, o procedimento e a postura do Presidente Miguel, do Renê e de todos os demais diretores do Sindicato dos Urbanitários. Que a história registre o carinho, a preocupação, atenção e vigilância que eles vieram ter aqui por vários dias nesta Assembleia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Deputado Marquinhos Alves com a palavra.

O SR. MARQUINHOS ALVES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subimos à tribuna mais uma vez para destacar com bastante alegria que em Maringá, no último dia 15, o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, esteve em festa. Recebemos com grande satisfação a filiação de um deputado federal de grande potencial, de um deputado federal que tem mostrado sua força através do seu excelente trabalho prestado à comunidade. Registramos com bastante alegria a vinda para o PTB do Deputado Federal, Odílio Balbinotti.

Tivemos na sexta-feira a presença do Ministro José Eduardo, contamos com a presença também do Presidente Regional do Partido, Deputado Nelson Justus, e outros Deputados Federais, João Iensen também esteve presente, o Deputado Valdomiro Neger, a nossa presença, e com grande alegria tivemos a filiação de vereadores e outras 26 lideranças da região de Maringá.

O PTB, Partido com mais de meio século de vida vem mostrando sua força no decorrer de todos os anos. Nós que pertencemos ao PTB, com bastante alegria, igual a companheiros aqui presentes, queremos mostrar que o nosso partido está com toda a força. Nós, através da região de Maringá, pelo PTB, partido onde me elegi com 45 mil votos, queremos registrar aqui a nossa alegria e dizer que estamos de braços abertos para receber companheiros que queiram se integrar ao Partido Trabalhista Brasileiro. Recebemos também a importante vinda do ex-Presidente do PDT de Maringá, Ulisses Maia.

Há também a filiação da Vereadora Edite Dias de Carvalho, uma vereadora também, que muito tem trabalhado pela comunidade de Maringá.

E queremos também destacar com bastante alegria, a presença de lideranças também da Cidade de Londrina, das cidades da região de Maringá.

E queremos destacar que o PTB é um dos partidos que mais tem crescido no Estado do Paraná, assim como outras siglas também. E estamos fazendo um balanço no final do ano agora, das conquistas e também do nosso empenho no ano de 1996, o ano que vem, para o PTB. Sabemos que temos uma luta muito grande. Os partidos têm, cada um, buscado o seu espaço e o PTB tem, dentro dos seus limites trabalhado também.

E o PTB de Maringá, através do seu Presidente Hamilton Cardoso, recebemos e estamos à disposição para os outros companheiros que queiram ingressar no Partido. A presença também do Prefeito Municipal de Maringá, Said Ferreira, marcou e abrilhantou mais ainda a festa do Partido Trabalhista Brasileiro.

E nós com confiança, com muita garra,

esperamos que o partido venha a crescer nos próximos anos.

É o que tínhamos a declarar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sobre a filiação, com grande alegria, do Deputado Odílio Balbinotti.

Era só isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há mais oradores inscritos.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas gostaria de comunicar a entrega do estatuto da Associação dos Advogados do DETRAN, que se deu nesta tarde, agora no meu gabinete, para que pudessemos fazer as análises que cobrávamos ontem na tribuna.

Quero agradecer ao Líder do Governo, após a análise desse estatuto, que já sabemos foi registrado a 12 de julho de 1995, quer dizer, 12 de julho deste ano. Após a análise passaremos então, uma carta, uma correspondência a todos os Deputados, contando das nossas dúvidas, dos nossos questionamentos que ainda sobram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lideranças. PTB, PDT, PSDB, PFL, PPR, PP, PMDB, PT, PST, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está Encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/95, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Chopinzinho, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná situado no quadro urbano daquele município, constituído pelo lote nº 09, da quadra nº 55, com área de 1.200,00 m², conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 192/95

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Chopinzinho, o imóvel constituído pela área de terras com 1.200,00 m² (hum mil e duzentos metros quadrados) situada no quadro urbano daquele município, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da matrícula nº 6.687, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho, com as seguintes medidas e confrontações: partindo de um marco colocado à margem sul da avenida Getúlio Vargas, na divisa do lote nº 10, segue no rumo 50°06'SO, dividindo com a avenida Getúlio Vargas onde mede 24,00 metros; daí, segue no rumo 39°54'SE, dividindo com o lote nº 8, com 50,00 metros; daí, segue no rumo 50°06'NE, dividindo com o lote nº 19, com 24,00 metros; daí, segue no rumo de 30°54'NO, dividindo com o lote nº 10, com 50,00 metros, onde chega-se ao ponto de partida.

Art. 2º - No imóvel a que se refere esta lei o donatário deverá, no prazo máximo de dois anos, concluir obras para instalação de órgãos municipais, ficando o referido bem gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de automática reversão ao patrimônio do Estado, caso descumpridas tais condições, independentemente de quaisquer futuras indenizações.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.95
(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 192/95

P A R E C E R:

Tendo em vista que o presente projeto trata-se de Mensagem do Poder Executivo, que visa doar ao Município de Chopinzinho imóvel de propriedade do Governo do Paraná, não encontramos nada que obste a tramitação do mesmo, merecendo, portanto, parecer favorável desta Comissão.

Sala das Comissões, em 20.06.95
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 192/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 37/95, autoriza a doação de um imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Chopinzinho.

No âmbito das atribuições regimentais desta Comissão, o projeto citado não contém qualquer óbice que o inviabilize.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.12.95

(aa) NEREU MOURA - Presidente

IRINEU COLOMBO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento nº 4054, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para às 16:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 020/95.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 468 e 192/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 531, 549, 550 e 461/95.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
13ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e cinco reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Luiz Accorsi, e contando com a presença dos seguintes Deputados: Jocelito Canto, Basílio Zanusso e Florisvaldo Pier. Não havendo expediente a ser lido, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 458/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Com parecer do Deputado Jocelito Canto. FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 389/95, de autoria do Deputado Toti Colaço. Com parecer do Deputado Oriando Pessuti. FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 013/95, de autoria do Deputado César Seleme. Com parecer do Deputado Basílio Zanusso. FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 373/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Com parecer do Deputado Sâmis da Silva. FAVORÁVEL - APROVADO com voto em separado do Deputado Doutor Rosinha. 05) Pro-

Curitiba, terça, em 20.12.95

Pág. 09

jeto de Lei n° 333/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli. Com parecer do Deputado Edson Silva Lino. FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor

Presidente encerrou a presente reunião.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
Osmar Prestes - Secretário